



Fórum Nacional da Agricultura - FNA

Globalização

É conhecida a grande capacidade competitiva do setor sucroalcooleiro brasileiro, com custos de produção bem abaixo dos obtidos pelos nossos competidores diretos. Há, obviamente, muito espaço a melhorar em ganhos de eficiência e mudanças necessárias em nossos portos na região Centro-Sul.

Por outro lado, o setor ganhou importância adicional com a crescente evolução da conscientização mundial a respeito do meio ambiente. A cana-de-açúcar, em especial no Brasil, graças ao álcool que substitui por enquanto a gasolina, consegue captar um apreciável volume de CO₂, que ante a questão global do efeito estufa deverá carrear consideráveis recursos para o setor. Entendemos, assim, que temos mais oportunidades que ameaças.

Orquestração

Temos uma frente de trabalho, o Mercosul, com problemas localizados na Argentina, que esperamos que se resolvam rapidamente. Esse trabalho vem sendo conduzido jun-

to ao Itamaraty. Outra questão, crucial para o setor, é o fato de ser o açúcar talvez o produto que recebe o maior nível de proteção dos países desenvolvidos, na defesa de seus produtores. Essa questão vem sendo desenvolvida junto à OMC e nas reuniões da Organização Internacional do Açúcar, principalmente após a Rodada Uruguai do Gatt, e poucos são os resultados efetivos no campo do açúcar. Esse é um problema que aflige a todos os produtores, exceto os norte-americanos e europeus, e terá certamente longa e difícil solução.

Merecem também atenção as alianças realizadas entre o Brasil e os EUA e entre ambos e a Suécia, com perspectivas da entrada também do México e outros países europeus, com o objetivo de abrir mercado e debater tecnologia.

Novo papel do Estado

O setor passa por uma fase revolucionária, que é a grande redução da intervenção do governo e a liberalização dos preços dos produtos setoriais.

Não há problemas no caso do açúcar, que já vive em regime de mercado há alguns anos. O álcool anidro, liberado em maio de 1997, também vem sofrendo a necessária adaptação. O maior problema será a liberação do álcool hidratado, ante a dificuldade de competição com a gasolina, que dependerá de solução tributária. Os mecanismos já são conhecidos e sua implementação de-

pende da boa vontade do governo e do interesse do Congresso Nacional. A cana, por sua vez, fica condicionada ao tratamento que será dispensado ao álcool, que tem grandes implicações no equilíbrio econômico do setor industrial.

Do ponto de vista privado, os setores agrícola e industrial têm soluções comuns para a questão.

No Brasil, o setor canavieiro sempre foi tratado separadamente dos outros setores da agricultura, o que deve sofrer profunda modificação.

Entendemos que o FNA tem também o importante papel de reduzir o distanciamento entre outros setores da agricultura e o da cana-de-açúcar.

Entendemos também que o FNA terá um papel relevante na defesa de uma política agroenergética que permita a coexistência pacífica entre a cana e os produtos derivados do petróleo.

Considero relevante que o FNA consiga chegar às prefeituras para que seu trabalho possa criar condições de pressão sobre os estados, que terão imensa responsabilidade na condução da política do álcool. Serão os estados, e não o governo federal, que darão vida ao carro a álcool e à demanda decorrente disso.

Considero também fundamental um longo e intenso trabalho do FNA para mudar a dramática visão urbano-industrial da sociedade brasileira, a partir da distorcida imagem que lhe impõe a mídia nacional.

GRUPO TEMÁTICO OVINOCULTURA E CAPRINOCULTURA

De olho no mercado internacional

LUIZ FERNANDO DE OLIVEIRA NUNES

As cadeias produtivas de ovinos e caprinos, salvo alguns empreendimentos isolados, ligados a

LUIZ FERNANDO DE OLIVEIRA NUNES é diretor financeiro da Farsul e presidente da Federação Brasileira de Criadores de Ovinos Carne (Febrocarnê). Coordenador do Grupo Temático Ovinocultura e Caprinocultura.

grupos empresariais ou financeiros, carecem de organização, especialmente no que diz respeito à produção, processamento e consumo. Em todos os estados brasileiros, os ovinos e os caprinos contam com o trabalho desenvolvido pelas associações de criadores, em-

presas de pesquisa e de extensão rural, federações da agricultura, secretarias de agricultura e empresas ligadas ao setor. A renda gerada pelo setor, na maioria das propriedades, é um complemento da atividade principal gerando empregos, e em alguns utiliza-se exclusi-

vamente da mão-de-obra familiar, fixando o homem ao campo.

A globalização traz benefícios diretos ao consumidor, no entanto causa enormes prejuízos ao produtor brasileiro que, sem uma política agrícola nacional, compete com países de economia estável, que incentivam a produção primária, inclusive, com a concessão de subsídios.

Problemas de natureza sanitária, ainda hoje, são barreiras que impedem o acesso do Brasil aos mercados internacionais. Os estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul estão prestes a ser declarados zonas livres da febre aftosa, o que irá beneficiá-los diretamente possibilitando futuras negociações com outros países.

O Estado, efetivamente, deve desempenhar o papel de promotor e regulador da atividade, incentivando,

apoiando e fomentando o desenvolvimento. A realidade atual revela um conjunto de ações desorganizadas em relação ao setor, uma vez que são adotadas medidas que em nada contribuem para promover a atividade. Em muitos casos, são veiculadas notícias otimistas que não chegam a se concretizar, ou acontecem quando já se tornaram inócuas. Nos últimos anos a ovinocultura e a caprinocultura não têm obtido nenhum tipo de incentivo por parte dos órgãos governamentais.

O diagnóstico realizado pelo Grupo Temático Ovinos e Caprinos, assim como os demais diagnósticos apresentados, permitirão a elaboração de um programa de política agrícola condizente com a nossa realidade.

Para melhorar os setores de ovinos e caprinos é imprescindível:



promover a articulação entre os diferentes segmentos das cadeias produtivas; criar instrumentos de crédito adequado, com juros reais compatíveis com a rentabilidade do setor; promover a reforma fiscal e tributária; estabelecer sistemas integrados regionais, produtor-indústria, facilitando o custeio da produção; organizar os produtores de forma que seus produtos possam ser ofertados com maior qualidade e em quantidade compatível com a concorrência internacional.

GRUPO TEMÁTICO ALGODÃO/FIBRAS VEGETAIS

Recuperar é preciso

LUIZ LOURENÇO

Brasil sempre foi um eficiente produtor e importante exportador de algodão. Dispunha de um mercado com excelente nível de organização, referenciado em operações na Bolsa de Mercadorias de São Paulo, e de qualificado suporte nas áreas de pesquisa e extensão rural que geravam novas variedades, sempre mais produtivas no campo e na indústria. Esse quadro, contudo, foi sendo gradativamente modificado.

Já em meados da década de 70, o governo federal adotava medida proibindo as exportações do algo-



dão brasileiro, liberando apenas o produto de baixa qualidade, fato que prejudicou a imagem da qualidade do produto nacional no exte-

rior. No final dos anos 80, a adoção de um programa amplo de abertura comercial reduziu a zero as tarifas de importação de algodão. Finalmente, num período mais recente, tudo isso foi agravado com uma combinação de câmbio sobrevalorizado e taxas de juros internas extremamente elevadas que resultaram em fortes estímulos à importação.

Em suma, a cotonicultura brasileira tem reflexos econômicos e sociais de vital importância, uma vez que o algodão é um produto intensivo no uso de mão-de-obra em todo o ciclo produtivo, inclusive em toda a cadeia têxtil, sendo uma das poucas opções de cultivo econômico de pequenos estabelecimentos agrícolas em várias regiões do país. A perda

LUIZ LOURENÇO é presidente da Cocamar, Paraná. Coordenador do Grupo Temático Algodão/Fibras Vegetais.